



Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré

Coordenação de Controle Interno

Praça da Independência s/nº - Centro - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95

PARECER

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2018-031 SEMED PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 031/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20180197

Em atenção à determinação contida no §1º, do art.11, da Resolução 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo Licitatório Nº 9/2018-031 SEMED, referente ao Procedimento Licitatório PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 031/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20180197 que tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, PARA MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ-PARÁ**, assistido pela Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré - Pará, ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Educação, gestora do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CNPJ nº 29.517.467/0001-95, representado neste ato pela Secretaria Municipal de Educação Sr. HAMILTON DE SOUSA SILVA e com a empresa DETENTORA DA ATA: DETENTOR DA ATA: J. E. DE OLIVEIRA RODRIGUES, inscrita no CNPJ nº 17.142.432/0001-30, representado neste ato pelo Sr. JOSÉ EDSON DE OLIVEIRA RODRIGUÊS, valor de R\$ 70.895,06 (setenta mil, oitocentos e noventa e cinco reais, e seis centavos) e a presente ata terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura 03 de Setembro de 2018, com base nas regras insculpidas pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, e do Decreto Federal nº 5.450/2005, e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório encontra-se Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Municipalidade.

Salvo melhor juízo, esta Coordenadoria de Controle Interno entende que o Processo Licitatório supramencionado encontra-se em ordem, podendo a Administração Pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, Declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de Crime de Responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Vigia de Nazaré, 03 de Setembro de 2018.